



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 305/2021
Número de referência: PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Segurança Pública

UNIDADE: Polícia Civil do Estado de São Paulo

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação de informações sobre procedimentos que versa como denunciante e o andamento. Inovação recursal. Não conhecimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 305/2021

DECISÃO OGE/LAI nº 305/2021

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Polícia Civil do Estado de São Paulo, conforme consta do Protocolo SIC em epígrafe, para solicitação de informações sobre procedimentos que versa como denunciante.
2. Em resposta, o órgão informou que o dispunha e comunicou ao interessado onde poderia obter cópia da documentação solicitada e outras informações sobre o assunto. Em recurso, a autoridade superior hierárquica conheceu e indeferiu o pedido recursal de 1ª instância. Insatisfeita, a solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto estadual nº 61.175, de 18 de março de 2015.
3. Em análise do caso concreto, verifica-se que a requerente inovou em grau recursal ao pedir informações que não havia solicitado claramente em seu pedido inicial.
4. Nesse sentido, cabe lembrar que a informação requerida pelo interessado deve ser específica, conforme dispõe o artigo 10 da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à informação - LAI).
5. Nota-se que o interessado altera o seu pedido inicial, inovando em grau recursal, subtraindo, dessa forma, a possibilidade do órgão se manifestar sobre o pedido.
6. Assim, inevitável concluir que, no presente caso, o presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo de motivação e do pressuposto recursal da negativa de acesso, em conformidade com o disposto no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação alterada pelo artigo 31 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015.

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo

Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado



7. Assim, considerando que o órgão atendeu adequadamente ao pedido inicial e considerando, ainda, que o presente recurso não almeja reforma da resposta ofertada pelo ente, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do aludido Decreto nº 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 29 de julho de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel
Ouvidor Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado